

# Democratizar a Democracia

A Abong em 2004



# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	4
<b>Introdução</b>	
Nova gestão e novos desafios .....	6
<b>Fortalecimento e mobilização da sociedade civil</b>	
IV Fórum Social Mundial .....	8
I Fórum Social das Américas .....	11
I Fórum Social Nordeste .....	12
Fórum da Sociedade Civil na XI Unctad .....	13
Ações em parceria com a Coordination SUD .....	14
Abong avalia gestão Lula .....	16
<b>Identidade e marco legal das ONGs</b>	
Atuação para redefinir o marco legal das ONGs .....	18
<b>Controle social das políticas públicas</b>	
Abong amplia participação em espaços públicos .....	20
I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres .....	23
Inter-Redes e Abong cobram acordos sobre o PPA .....	24
<b>Democratização da esfera pública</b>	
Abong defende reforma política mais abrangente .....	26
<b>Desenvolvimento institucional</b>	
Comunicação e informação .....	28
Atividades dos regionais .....	32
<b>Associadas</b> .....	35
<b>Expediente</b> .....	38

# Apresentação

Com este relatório de sua atuação em 2004, a Abong vem, mais uma vez, cumprir sua obrigação de prestar contas à sociedade. Ao fazê-lo, procura atender ao imperativo da transparência, que é a contrapartida do crescente reconhecimento da importância do papel das ONGs na sociedade brasileira.

É significativo que esse reconhecimento e as correspondentes demandas da sociedade incidam sobre a Abong de maneira extremamente desproporcional ao peso numérico de suas associadas, no vasto e heterogêneo universo das entidades sem fins lucrativos e fundações privadas no Brasil.

Provavelmente, isso se deve ao fato de que o papel da Abong como ator político e o campo formado por suas associadas e por outras ONGs – que com elas compartilham uma identidade marcada por valores e compromissos políticos comuns – encontram, hoje, na sociedade brasileira, um acolhimento que reflete o quanto a emergência dessas entidades respondeu a uma necessidade social. O contexto nacional levou à constituição e à consolidação de um novo tipo de organização da sociedade civil, voltada para a promoção de direitos e da cidadania; para a luta contra as desigualdades sociais; e para a defesa de um projeto de sociedade sustentável e democrática. São organizações inspiradas pela idéia de atuação no sentido público e de conformação de uma esfera pública ampliada.

Este relatório traz elementos para a avaliação do papel da Abong como ator político em 2004. Esperamos que propicie a seus(suas) destinatários(as) elementos suficientes para que compreendam os desafios com que a Abong se defrontou no esforço para alcançar seus objetivos institucionais – os obstáculos enfrentados; os resultados alcançados; e aquilo que, apesar de planejado, não foi possível realizar.

Uma possível chave para a leitura deste relatório poderia ser a confrontação entre as diretrizes que pautam a atuação da Abong no triênio 2004-2006 (veja p. 7) e os elementos do complexo cenário de sua ação política em 2004.

A atuação da Abong, tanto no plano internacional como no plano nacional, não poderia deixar de refletir as contradições de um cenário global regressivo, em que persistem a estratégia unilateralista e de guerra preventiva da potência dominante e o agravamento contínuo da miséria e da pobreza, que a proclamação de compromissos internacionais cada vez mais minimalistas (como é o caso das Metas de Desenvolvimento do Milênio) não consegue disfarçar.

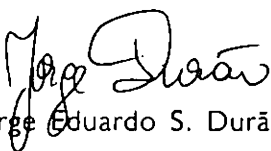
Paralelamente a esse contexto internacional, atuamos num cenário nacional em que a nova situação política, resultante das eleições de 2002, revelou um acúmulo de forças insuficiente para viabilizar as mudanças necessárias e impulsionar a redução da desigualdade social, racial e de gênero – a maior prioridade da Abong.

É neste cenário complexo, marcado por incontáveis ambigüidades, que a Abong tem procurado desempenhar o duplo papel que lhe cabe em relação ao Fórum Social Mundial, seja como um dos inumeráveis sujeitos políticos do movimento que luta por alternativas aos rumos atuais da globalização; seja como uma das instituições responsáveis pela organização do FSM, como se deu em 2004 – e nos anos anteriores – e ocorrerá, com responsabilidades ainda maiores, em 2005.

Esse papel institucional da Abong em relação ao FSM – arena de disputa entre agendas claramente anti-sistêmicas e agendas reformistas, apoiadas por governos e instituições internacionais –, bem como seu papel facilitador em relação a diversos processos relevantes de participação da sociedade civil na esfera pública – com destaque para a experiência do Plano Plurianual (PPA) – exigiram um cuidadoso esforço de equilíbrio entre as responsabilidades institucionais da Associação e seu compromisso de manter um relacionamento autônomo e crítico com o governo federal, com os governos estaduais e com as administrações municipais.

Tendo procedido, em abril deste ano, a um balanço crítico do governo Lula, a Abong procurou atuar com o máximo de independência – e em estreita aliança com os movimentos sociais e com a Inter-Redes – na defesa da agenda democrática, dos direitos sociais e da sustentabilidade ambiental.

Finalmente, nesta apresentação do relatório “Democratizar a democracia”, não poderíamos deixar de destacar o grande desafio que representou para a Abong, em 2004, a implementação da agenda institucional das ONGs, em especial as questões relativas ao marco legal, cuja evolução, ao longo do ano, foi marcada por iniciativas retrógradas e autoritárias, no âmbito do Legislativo, e por lentidão, no âmbito do Executivo, o que certamente reflete a complexidade do tema e as resistências políticas aos avanços necessários nessa legislação.

  
Jorge Eduardo S. Durão  
Diretor-geral

# Nova gestão e novos desafios

*O Conselho Diretor, constituído por diretorias regionais e por uma Diretoria Executiva colegiada – uma inovação estrutural, estabeleceu as diretrizes políticas da atuação da Abong para o triênio 2004-2006.*

**N**o início de setembro de 2003, a Assembléia Geral das associadas elegeu a nova diretoria colegiada da Abong (veja box), que assumiu a tarefa de dar continuidade ao processo de lutas para democratizar a democracia, consolidando a Associação como um importante ator político no cenário brasileiro.

Para cumprir esse papel, bem como o de representar as associadas, definir estratégias de atuação e deliberar sobre vários temas da conjuntura nacional e internacional, o Conselho Diretor, formado pela Diretoria Executiva e pelas diretorias regionais, reuniu-se quatro vezes desde que tomou posse (uma, em 2003; e três, em 2004), ocasiões em que também debateu os aspectos da vida associativa e aprovou novas associadas. De outro lado, a Diretoria Executiva estabeleceu uma sistemática de reuniões mensais ao longo de 2004.

Na primeira reunião, em dezembro de 2003, em São Paulo, o Conselho fez uma análise de conjuntura para embasar o planejamento estratégico e definir as diretrizes políticas para o triênio 2004-2006.

Em abril de 2004, em reunião realizada no Rio de Janeiro, o Conselho discutiu, num seminário que contou com a presença de mais de 60 ONGs de todo o país, os desafios e possibilidades representados pelo governo Lula para uma efetiva

transformação social no Brasil. Analisando os debates ocorridos no evento, o Conselho elaborou uma declaração política, com críticas à política econômica sustentada pelo governo federal, reclamando o primado dos direitos sociais, do desenvolvimento sustentável e da ampliação da democracia.

Em agosto, em Recife, o Conselho debateu com as associadas da região a identidade das ONGs e analisou os limites e perspectivas dos governos democráticos-populares da América Latina, em seminário que contou com a presença de diversas ONGs latino-americanas. Estrategicamente, ao menos uma vez por ano, o Conselho se reúne em algum Estado no Norte ou Nordeste, como forma de aproximar a Abong das associadas dessas Regiões.

Por fim, em novembro, em reunião realizada em São Paulo, entre outros temas, o Conselho Diretor planejou sua intervenção no Fórum Social Nordestino, ocorrido no final novembro, e no Fórum Social Mundial 2005.

## Primeiras ações (2003)

Uma das primeiras atividades do Conselho Diretor foi uma reunião com o presidente Lula, em 10 de setembro, ocasião em que foram discutidos assuntos centrais para as ONGs, como marco legal e política de acesso a fundos públicos; cooperação

internacional; arquitetura da participação popular; e reconhecimento da produção de conhecimento por parte das ONGs.

Entre outras atividades, a Abong participou do I Fórum Social Brasileiro, ocorrido em Belo Horizonte, em novembro, ocasião em que realizou, em parceria com diversas organizações, o seminário "Direitos humanos de todos e todas". Ainda nesse mês, o diretor-geral da Abong, Jorge Eduardo S. Durão, participou como palestrante de uma conferência internacional sobre consensos políticos para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe.

### Diretrizes trienais

Definidas na primeira reunião do novo Conselho Diretor, as diretrizes políticas para o triênio 2004-2006 são, em linhas gerais, no plano nacional: (1) estabelecer um relacionamento autônomo e crítico com o governo federal; (2) fortalecer alianças com os movimentos sociais e outros atores da sociedade civil; (3) fortalecer a Inter-Redes; (4) promover o desenvolvimento institucional das ONGs; (5) investir em uma política de comunicação; (6) atuar nas questões relativas ao desenvolvimento, à participação, à democracia, ao marco legal e à desigualdade social; e (7) promover ações voltadas para eliminar as desigualdades racial e de gênero.

No plano internacional, essas diretrizes são: (1) aprofundar o envolvimento da Abong no processo do Fórum Social Mundial (FSM); e (2) construir um campo de alianças com as ONGs latino-americanas.

Essas diretrizes foram organizadas em cinco grandes eixos transversais, quatro deles vinculados ao papel que a Abong e as associadas desenvolvem no cenário político, econômico, social e cultural.

## Diretoria colegiada

A assembléia promoveu uma inovação na estrutura da Diretoria Executiva, com o objetivo de atender às crescentes demandas e aos desafios da atual conjuntura: a Abong passou a contar com uma Diretoria Executiva colegiada, na qual cada membro possui atribuições específicas. São eles(as):

Diretoria Geral: Jorge Eduardo Saavedra Durão (Fase Nacional/RJ); Desenvolvimento Institucional: Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia (SOS Corpo, Recife/PE); Relações Institucionais: José Antônio Moroni (Inesc, Brasília/DF); Relações Internacionais: Sérgio Haddad (Ação Educativa/SP). Nalu Faria (SOF/SP) foi eleita primeira suplente e Guacira Oliveira (Cfemea/DF), segunda.

As diretorias regionais ficaram compostas por: Maura Rejane Lameira de Moraes (Amazônia); Álvaro Pantoja / Mônica Oliveira (Nordeste 1), Lia Freitas Cavalcante (Nordeste 3); Tatiana Dahmer Pereira (Sudeste); Francisco de Assis da Silva (Sul). Posteriormente foram eleitos(as) Antonio Eleilson Leite (São Paulo); Damien Hazard (Nordeste 2); e Mônica Nogueira (Centro-Oeste).

São os eixos: (1) fortalecimento e mobilização da sociedade civil; (2) diálogo com a sociedade civil sobre a identidade e o projeto político das ONGs; (3) controle social das políticas públicas; (4) democratização da esfera pública. O quinto eixo – desenvolvimento institucional – completa os demais e assegura as condições para a realização das atividades previstas.

Neste relatório, a Abong apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas em 2004, organizadas conforme os cinco eixos que pautam sua atuação.

# Um passo à frente no Fórum Social Mundial

*Realizado pela primeira vez fora do Brasil, o IV FSM foi marcado por ampla participação popular, atividades autogestionadas e debates sobre guerra e paz.*

**M**umbai (antiga Bombaim), a maior cidade da Índia, foi sede da quarta edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizado entre 16 e 21 de janeiro de 2004. As discussões giraram em torno de quatro grandes eixos: militarismo, guerra e paz; informação, conhecimento e cultura; meio ambiente e economia; e exclusão, direitos e igualdade.

Quase 80 mil pessoas, representando cerca de 1.700 organizações de 132 países participaram do evento. Entre elas havia 60 mil indianos(as), metade destes(as) dalits (ou párias) – os(as) mais pobres entre os(as) pobres daquele país. Também foi enorme a presença de movimentos de base, que deram uma cara mais popular ao Fórum.

Se nas edições anteriores, apesar da diversidade sociocultural, o FSM ainda era predominantemente ocidental, desta vez, o deslocamento para a Índia permitiu maior participação de pessoas de todo o Oriente. Havia, além das indianas, cerca de 700 japonesas, 500 sul-coreanas e dezenas de chinesas, tailandesas e filipinas, entre outras.

## Novidades

Os quatro eixos temáticos foram abordados em dezenas de atividades de diferentes formatos,

como painéis, mesas redondas, reuniões públicas, oficinas e conferências. A grande novidade da arquitetura do evento foi a inclusão de centenas de atividades autogestionadas pelas organizações inscritas no FSM, como oficinas, seminários, reuniões e painéis. Apenas 13 das quase 1.200 atividades estiveram sob responsabilidade direta do Comitê Organizador Indiano.

Esta edição do Fórum, coberta por mais de 3 mil jornalistas de todo o mundo, foi muito mais participativa do que as anteriores, com grande quantidade de marchas e expressões culturais. As atividades culturais envolveram mais de 1.500 artistas, poetas, dramaturgos, escritores e cineastas. Houve 150 apresentações de teatro de rua, além de um festival de filmes com mais de 80 títulos sobre os principais temas do FSM.

## Presença da Abong

A Abong, como membro do Conselho Internacional do FSM, bem como de seu Secretariado, participou ativamente da construção do IV FSM e de seus eventos em Mumbai. Durante o Fórum, reuniu-se com outras redes de ONGs para lançar o Consenso de Mumbai (veja p. 10).

resultante do seminário "Papel das ONGs no debate público e nas negociações internacionais: elementos para a definição de uma diplomacia não-governamental". Já o convênio Abong-Coordination SUD – eixo Economia Solidária – realizou o seminário "Comércio justo e soberania alimentar".

A Abong também desempenhou importante papel na viabilização do Espaço Memória do Fórum Social Mundial - Porto Alegre - Brasil, em que foram divulgados textos, fotografias, vídeos e outras referências desde o I FSM.

### Preparativos do V FSM

Depois de Mumbai, os(as) participantes e organizadores(as) concluíram que o V FSM, a ser realizado novamente em Porto Alegre, em janeiro de 2005, deverá apresentar uma nova arquitetura, além de avançar em propostas e estratégias de luta e incorporar um número cada vez maior de pessoas e organizações. O objetivo é reforçar a idéia do FSM como processo, contrapondo-se à do FSM apenas como um evento.

Para isso, entre outras atividades preparatórias que mobilizaram organizações do mundo todo, houve, de maio a julho de 2004, uma ampla consulta temática, com participação de mais de 1,8 mil entidades, que informaram previamente questões, desafios, problemas, lutas e propostas que gostariam de incluir no FSM. Com base nessa consulta, foram definidos 11 espaços temáticos e diversos espaços transversais (que deverão permear todos os debates).

Entre as novidades do próximo Fórum estão: (a) atividades 100% autogestionadas, ou seja, promovidas sob responsabilidade das organizações inscritas (o Comitê Organizador Brasileiro não irá

promover nenhuma mesa de debate); (b) a concentração das atividades na orla do Lago Guaíba; (c) um novo eixo transversal sobre a questão de gênero, que deverá se juntar aos eixos já existentes (racismo, capitalismo patriarcal e emancipação social); e (d) prioridade à contratação de serviços e produtos (vestuário, alimentos, artesanato, etc.) de organizações de economia popular e solidária.

### Papel da Abong

Como uma das organizações que compõem o Secretariado Internacional do Fórum Social Mundial, desde o princípio, a Abong participa da concepção e da organização das edições do FSM, desempenhando

## Fóruns regionais e temáticos

Como preparativo ao V FSM ocorreram o Fórum Social das Américas, em Quito, Equador, em julho de 2004; e o Fórum Social Europeu, em Londres, Reino Unido, em outubro. Ainda será realizado o IV Fórum Social Pan-Amazônico, entre 18 e 22 de janeiro de 2005, em Manaus. Também ocorreram dezenas de fóruns locais, regionais e temáticos, inspirados no FSM, em todo o mundo, como Chile, Paquistão, Benin, Mali, Finlândia, Marrocos, Austrália e em diversos Estados e Regiões do Brasil, além do I Fórum Social Brasileiro. Embora esses eventos não sejam realizados sob responsabilidade do Conselho Internacional ou da Secretaria do FSM, registram a participação de organizações e movimentos sociais que fazem parte do processo FSM ou que já marcaram presença em suas edições. Muitos desses encontros contaram com a participação de representantes da Abong e de suas associadas.



um duplo papel: de um lado, atua na construção de alternativas aos rumos atuais da globalização; de outro lado e de modo complementar, atua na gestão e administração dos recursos do FSM. Conforme acordo programático, assinado pelas organizações que compõem o Secretariado do processo Fórum e renovado pelo Comitê Organizador do V FSM, a Abong é responsável pelo encaminhamento das atividades necessárias para a realização do FSM.

Especificamente para o V FSM, a Abong (com o lbase) captou recursos junto à cooperação internacional, a sociedades de economia mista, a empresas públicas, bem como à administração pública nas três esferas – municipal, estadual e federal – para viabilizar financeiramente o Fórum.

Para assegurar o fluxo entre as decisões e os encaminhamentos, foi organizado um escritório de coordenação executiva do V FSM em Porto Alegre, que planejou e viabilizou a infra-estrutura necessária para o evento, como espaço físico, tradução simultânea e sinalização da cidade, entre outros.

Ao longo deste ano, a Associação divulgou a metodologia e o processo de construção do FSM por meio de seu boletim eletrônico. Já as atividades que a Abong e suas associadas vão promover durante o Fórum serão divulgadas previamente por meio do jornal Abong, edição especial V FSM. Haverá, durante o Fórum, um estande com publicações e outros materiais de suas associadas.

A Abong está ciente de que o FSM é um espaço de experimentação de outro mundo possível. Realizar a contento as atribuições políticas e administrativas que aceitou contribui para efetivar, no próprio processo de organização do FSM, o outro mundo possível.

## Consenso de Mumbai

Resultante do seminário *Papel das ONGs no debate público e nas negociações internacionais:*

*elementos para a definição de uma diplomacia não-governamental*, realizado durante o IV FSM, o Consenso de Mumbai: ação comum de ONGs da Índia, da França e do Brasil é assinado por Abong (Brasil), Coordination SUD (França) e Voluntary Association Network of India (Vani/Índia), responsáveis pela realização do seminário.

O documento ressalta o objetivo das três organizações de definirem uma ação comum e intercambiarem suas experiências, métodos de intervenção e participação no debate público, além de interagir nas negociações internacionais.

Conforme o documento, as ações terão como foco os direitos sociais, econômicos e culturais, a equidade de gênero, a construção de uma paz durável, a segurança e a soberania alimentares, os povos das florestas e a biodiversidade.

Assim, as três organizações exigem, entre outras medidas, a adoção de mecanismos de tributação internacional; relembram a importância da ratificação e aplicação dos acordos multilaterais sobre o meio ambiente, a começar pela Eco/92 e a Rio + 5; e expressam dúvidas sobre o Consenso de Monterrey, questionando em que condições políticas, sociais e ambientais o crescimento econômico pode ser gerador de progresso social e de preservação ambiental.

Entre suas lutas, as redes incluem a busca por uma governança mundial democrática, especialmente na questão das instituições financeiras internacionais, o avanço do direito internacional, o respeito às soberanias nacionais e o apoio às dinâmicas democráticas locais.

# I Fórum Social das Américas

*Participantes de mais de 50 países se reuniram em Quito, no Equador, onde discutiram alternativas para a construção de um novo continente, livre e soberano.*

**O**rdem econômica; a face violenta do projeto neoliberal; poder, democracia e Estado; culturas e comunicação; e povos indígenas e afrodescendentes foram os cinco eixos temáticos do I Fórum Social das Américas, realizado entre 25 e 30 de julho, em Quito, capital do Equador. O evento reuniu **11** mil participantes, de 55 países, que buscaram articular iniciativas sociais, desenvolver um pensamento crítico e construir alternativas ao neoliberalismo.

Entre os temas abordados em cerca de 400 atividades, predominou a preocupação com o avanço das práticas neoliberais no continente, por meio dos Tratados de Livre-Comércio (TLCs), aos quais os(as) integrantes do FSA mostraram firme oposição. Também foi amplamente discutido o papel de instituições financeiras multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além de apoiarem e oferecer financiamento para os TLCs, essas organizações vêm construindo as bases para que esses tratados sejam implementados em toda a América, numa relação entre parceiros desiguais.

## A Abong no FSA

Muitas associadas Abong marcaram presença no FSA, como participantes ou como promotoras de

oficinas e outros eventos. Já a Associação, entre outras atividades, realizou, em parceria com a Aliança Amazônica e o Grupo de Trabalho Amazônico, o seminário "Consequências socioambientais do projeto de Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (Irsa)". Cerca de 40 representações de oito países debateram essa iniciativa – que pretende desenvolver e integrar os setores de transportes, telecomunicações e energia de 12 países sul-americanos até 2010 – e suas implicações sociais e ambientais na vida dos povos da região, das populações tradicionais e das mulheres.

## Fórum Social Pan-Amazônico

Ocorrida em Ciudad Guayana, na Venezuela, em fevereiro, a terceira edição do FSPA reuniu 3 mil delegados(as), que, entre outros temas, discutiram estratégias para articular as ações dos movimentos sociais dos países da Bacia Amazônica, bem como de nações do Caribe, em torno de eixos comuns, como soberania e biodiversidade, e definiram que o IV FSPA será realizado novamente no Brasil, em Manaus/AM, em janeiro de 2005. Ao longo de 2004, o Regional Amazônia atuou, ao lado de organizações como o MST, na mobilização e na articulação do IV FSPA.

# I Fórum Social Nordestino

*Com cerca de 8 mil participantes, o FSNE articulou e mobilizou as mais diversas forças políticas da Região, visando a construir um outro Nordeste possível.*

**N**uma grande demonstração contra as políticas neoliberais e pela construção de um Nordeste socialmente justo e ambientalmente sustentável, a sociedade civil organizada dessa Região brasileira realizou, entre 24 e 27 de novembro, o I Fórum Social Nordestino (FSNE), em Recife/PE. Promovido por uma série de redes, fóruns e movimentos sociais, o evento contou com a participação de quase 700 entidades dos nove Estados da Região e com a presença de mais de 8 mil pessoas, entre as quais mais de 5 mil delegados(as).

Estiveram em discussão o desenvolvimento do Nordeste, a radicalização da democracia e a afirmação dos movimentos sociais da Região, temas que foram tratados em conexão com a agenda nacional e com as lutas globais de resistência e combate ao neoliberalismo, hoje representadas no processo do Fórum Social Mundial.

Assim, as problemáticas regionais foram amplamente debatidas, entre as quais, a transposição do Rio São Francisco – com a proposta de que seja realizado um plebiscito sobre este tema; a luta pela terra; a convivência com o semi-árido; os avanços, retrocessos e desafios para a participação popular nas políticas públicas; a articulação e a atuação conjunta das diversas redes e movimentos sociais; etc.

Durante os quatro dias do Fórum, houve mais de

cem oficinas e cerca de 40 seminários – atividades autogestionadas, promovidas por grande diversidade de ONGs e movimentos, como de indígenas, sem-terra, mulheres, negros e negras, crianças e adolescentes, gays, lésbicas, reforma urbana, etc.; quatro grandes conferências – a última realizada em praça pública, para aproximar o Fórum da população local; marcha pelo fim da violência contra as mulheres; e dezenas de atividades culturais, que retrataram a diversidade estética nordestina.

## Participação da Abong

Os Regionais Nordeste 1, Nordeste 2 e Nordeste 3 participaram ativamente do processo de articulação e preparação do FSNE, divulgando o evento e mobilizando as organizações em seus respectivos estados para que o Fórum obtivesse a maior representatividade possível. O Regional Nordeste 1 integrou a coordenação colegiada do FSNE com outras duas dezenas de organizações. Representantes dos Regionais, de suas associadas e do nacional participaram como expositores em conferências e seminários, entre outras atividades.

Os Regionais participaram, também, de outros fóruns estaduais, como o da Bahia, em outubro, e o do Rio Grande do Norte (Fórum Social Potiguar), em dezembro – este último já na terceira edição.

# Fórum da Sociedade Civil na XI Unctad

*Evento foi organizado por Abong e Rebrip, a pedido da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento.*

**O**rganizações de 30 países participaram do Fórum da Sociedade Civil (FSC), realizado entre 11 e 18 de junho, em São Paulo, dentro da programação da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). Mais de 200 delegados(as) analisaram os impactos da globalização, dos acordos comerciais internacionais e do livre comércio sobre os países pobres e em desenvolvimento.

O FSC, organizado por Abong e Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), teve início dois dias antes da programação oficial da conferência, para que seus(suas) participantes pudessem elaborar a Declaração da Sociedade Civil Internacional para a Unctad, que foi entregue, no dia 13, ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan. O documento defendeu o papel da Unctad – única agência da ONU a articular comércio e desenvolvimento –, que vem sofrendo tentativas de esvaziamento político e de rebaixamento de seu mandato original por parte dos países ricos.

A realização do Fórum procurou fazer com que o debate da Unctad se defrontasse, de fato, com as realidades dos países em desenvolvimento e das populações marginalizadas. Na declaração, as delegações do FSC criticaram as políticas neoliberais

## Abong na Urbis 2004

Mais uma vez, a Abong marcou presença na Feira e Congresso Internacional de Cidades (Urbis 2004). No evento, realizado entre 14 e 18 de junho, em São Paulo, foram debatidas diversas questões de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, transporte, preservação do meio ambiente, etc. A Abong organizou um estande para expor seu trabalho e o de suas associadas, por meio de publicações, vídeos, artesanatos e outros materiais.

na área de comércio e defenderam, entre outros, o controle das transnacionais, a intervenção na área de *commodities* e a proteção a setores estratégicos para as sociedades, caso da agricultura familiar e da soberania alimentar. Também cobraram coerência entre estratégias de desenvolvimento nacional e os processos da economia global – o tema da XI Unctad.

Os(as) participantes do Fórum reconheceram os limites políticos e institucionais da Unctad, mas evidenciaram que a realização da Conferência podia abrir oportunidade para a adoção e o fortalecimento de políticas e regras internacionais, para que o comércio contribua para promover o desenvolvimento sustentável e distribuir renda.

# Ações em parceria com a Coordination SUD

*No segundo ano do convênio, ONGs brasileiras e francesas promoveram dezenas de eventos em conjunto e deram início à ampliação de parcerias.*

**D**esde que assinou o convênio de cooperação com a Coordination SUD (Solidariedade, Urgência, Desenvolvimento), no início de 2003, a Abong tem participado e promovido uma série de atividades (encontros, seminários, etc.) em parceria com esta coordenação de associações francesas de solidariedade internacional.

Ao longo de 2004, organizações dos dois países partilharam experiências e deram continuidade ao processo de discussão de problemas e à proposição de alternativas para se construir outra ruralidade, outra urbanidade, outra economia e outras relações internacionais – os quatro eixos do convênio. Houve, ainda, participação de representantes de organizações brasileiras na comemoração dos dez anos da Coordination SUD, entre eles o diretor-geral da Abong.

## Eixo internacional

Durante o Fórum Social Mundial, realizado na Índia, Abong e Coordination SUD uniram-se a um coletivo de ONGs indianas (Voluntary Action Network India/Vani) para organizar seminários, oficinas e cursos (veja p. 10), dando início a uma articulação internacional de plataformas de ONGs.

Entre outras atividades do eixo internacional

ocorreu, em Brasília, de 31 de agosto a 2 de setembro, o seminário "Financiamento ao desenvolvimento". Representantes de organizações do Brasil e da França e do coletivo de ONGs chilenas Acción debateram suas posições sobre os diferentes mecanismos e instrumentos para o financiamento do desenvolvimento e discutiram formas de atuação conjunta nos encontros internacionais sobre esse tema. A Associação para a Taxação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos (Attac) também participou do evento, em que as ONGs decidiram apoiar a iniciativa dos governos de Brasil, Chile, França e Espanha, que propõem, em âmbito mundial, novos mecanismos de financiamento para o combate à fome e à pobreza (veja box).

## Eixo rural

O seminário "Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural sustentável no Brasil e na França" foi uma das principais atividades do eixo rural. Realizado paralelamente à XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), em junho, foi uma continuidade da discussão ocorrida na França, em novembro de 2003. Os(as) participantes analisaram a situação da

agricultura familiar nos dois países e debateram políticas agrícolas para fortalecer o setor, vital para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar.

Também ocorreram missões de delegações brasileiras à França e vice-versa, em que houve trocas de experiências sobre produção agrícola, além de debates sobre transgênicos, entre outros temas.

### **Nova economia solidária**

O eixo economia solidária promoveu, durante o IV Fórum Social Mundial, o seminário "Comércio Justo e Soberania Alimentar", que contou com a presença de mais de 40 pessoas, representando organizações francesas, brasileiras, indianas e africanas.

Entre outras atividades, apoiou o "I Seminário internacional de educação para o consumo responsável: relações e interações com o comércio justo e a economia solidária", organizado pelo Instituto Kairós, em outubro, em São Paulo.

Em novembro, no Rio de Janeiro, ocorreu o "I Seminário sobre gênero e economia solidária", em que foram discutidos o desafio do protagonismo das mulheres nos projetos de economia solidária, as metodologias e os instrumentos de apoio aos projetos de gênero, as políticas públicas para este setor, os direitos sociais e a divisão sexual do trabalho.

### **Eixo urbano**

Em julho, representantes de organizações do convênio participaram do seminário "Cidade, democracia e justiça social: estratégias para a divulgação da Carta Mundial pelo direito à cidade", realizado durante o Fórum Social das Américas, em Quito, Equador. O eixo urbano participou do lançamento dessa Carta no Fórum Mundial Urbano,

## **ONGs defendem combate à fome e à pobreza na ONU**

Em setembro, o diretor-geral da Abong, Jorge Eduardo Saavedra Durão, discursou para dezenas de chefes de Estado durante a Reunião de Líderes Mundiais contra a Fome e a Pobreza, no âmbito da 59ª assembléia geral da ONU, em Nova Iorque, manifestando o apoio de ONGs de Brasil, Chile e França à iniciativa dos governos brasileiro, francês, chileno e espanhol de propor novos mecanismos para o combate à fome e à pobreza.

A proposta dos quatro países prevê, entre outros, a taxação das transações financeiras globais e do comércio de armas. Mais de 100 países assinaram a declaração resultante da reunião.

em Barcelona, em setembro. Após o Fórum, uma delegação formada por representantes de diversos movimentos sociais urbanos brasileiros discutiu com organizações da França, em várias cidades daquele país, temas como financiamento da moradia popular e relação entre associações e poderes públicos.

Em novembro, uma missão de organizações francesas participou de diversas visitas a entidades brasileiras, bem como de uma oficina sobre a criação do Observatório Internacional do Direito à Cidade, em que foram discutidos os objetivos e bases para a construção do observatório.

### **Páginas eletrônicas**

Os conteúdos produzidos pelos eixos da parceria, em que são detalhados os campos de ação e as atividades do convênio, são disponibilizados em francês e português nos sites [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br) e [www.coordinationsud.org](http://www.coordinationsud.org).

# Abong avalia gestão Lula

*Seminário diagnosticou, sob a perspectiva das ONGs, os limites e as possibilidades do atual governo.*

**C**erca de 100 pessoas, entre elas, representações das ONGs associadas, de movimentos sociais e de redes de ONGs parceiras, participaram do seminário "Avaliação do governo Lula", promovido pela Abong, entre 13 e 14 de abril, no Rio de Janeiro. O evento, que teve ampla cobertura da mídia nacional, debateu os limites e possibilidades do atual governo e buscou estabelecer formas de reagir aos desafios que a conjuntura nacional impõe à sociedade civil. No final, o Conselho Diretor da Abong divulgou uma declaração política, em que as ONGs reclamam o primado dos direitos sociais, do desenvolvimento sustentável e da ampliação da democracia.

O seminário foi dividido em três mesas temáticas, apresentadas por especialistas de diversas áreas. Na primeira, avaliou-se o significado do governo Lula, sob três eixos: cultura política, desenvolvimento e sustentabilidade. A segunda mesa ampliou o diagnóstico dos 15 meses deste governo, sob o enfoque da segurança alimentar, das políticas sociais universais, do combate às desigualdades e das políticas urbanas. Por fim, estiveram sob avaliação e análise o governo Lula e os processos de participação (conselhos, conferências, PPA, etc.).

Com base nas análises, amplamente debatidas por todos(as) os(as) participantes, as representações presentes formularam estratégias das ONGs para

influir nas agendas governamentais e o Conselho Diretor elaborou um documento final, divulgado para a imprensa e enviado a representantes do governo.

Ao avaliar o governo e divulgar suas análises e críticas sobre a gestão Lula, a Abong deu um salto político para consolidar sua imagem como sujeito político e para fortalecer a autonomia das ONGs. No momento em que muitas organizações ainda estavam receosas em manifestar suas posições, a Associação reafirmou seu compromisso ético e político com a viabilização de direitos e a construção de um novo projeto de desenvolvimento, mais justo e igualitário, cobrando do atual governo a correção de rumo em suas políticas, para que todos(as) os(as) brasileiros(as) possam alcançar a cidadania plena.

Para a diretoria, a manifestação da autonomia das ONGs, por meio do exercício público da crítica, esteve acompanhada da preocupação de não contribuir para eventuais tentativas de desestabilização do governo Lula por parte de setores conservadores.

Ao final do seminário, prevaleceu o consenso de que as ONGs devem continuar acompanhando o governo, tanto para influir nas agendas governamentais como para atuar com suas parcerias da sociedade civil, construindo alianças passíveis de serem novas forças políticas de pressão e de orientação das políticas públicas.

## Declaração final

No documento, a Abong questionou o primado do mercado sobre a sociedade e criticou as "cláusulas pétreas da atual política econômica: (a) o elevado superávit primário e a busca de credibilidade junto aos credores da dívida pública" e (b) a renúncia do Estado à efetivação dos direitos sociais da população.

Reiterou que tem dialogado com o atual governo desde seu início e avaliou que, sob vários aspectos, os rumos do governo Lula conflitam com os princípios que constituem os compromissos programáticos mínimos das ONGs: luta contra a exclusão e pela redução das desigualdades sociais (com ênfase na luta contra a desigualdade racial e de gênero); promoção e defesa dos direitos humanos (com ênfase nos direitos econômicos, sociais e culturais); e busca de um novo modelo de desenvolvimento – que privilegie a geração de emprego e renda –, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Com base nesses parâmetros, detectou um conjunto de elementos e situações muito preocupantes nos primeiros 15 meses de governo, como: (a) adoção de políticas focalizadas ou compensatórias, que não se orientam pela idéia de efetiva superação da pobreza, em vez de políticas sociais universais; (b) falta de um projeto claro de desenvolvimento com sustentabilidade socioambiental, ou seja, a retomada do crescimento econômico tem sido defendida a qualquer custo.

Para as ONGs, a ampliação dos espaços e processos de participação neste governo não tem se traduzido numa perspectiva ampla de fortalecimento da democracia participativa, porque esta participação, muitas vezes, tem se reduzido a simples consultas ou a meros processos de escuta da sociedade. Na

## Governo Lula e a Amazônia

Em 4 de junho, o Regional Amazônia promoveu uma análise do atual contexto socioeconômico e político brasileiro e suas implicações para a Amazônia, visando a construir referências comuns para a ação articulada dos movimentos sociais e ONGs na região. *A Análise de conjuntura governo Lula e a Amazônia* contou com a participação de representantes de associadas e de outras organizações.

declaração, a Abong cobrou o cumprimento dos acordos estabelecidos publicamente entre o governo e as organizações da sociedade civil, entre os quais aqueles relativos à continuidade do processo participativo no Plano Plurianual (PPA).

O documento fez críticas à percepção limitada do governo Lula em relação à sociedade, privilegiando os setores empresarial e sindical, como ocorreu na composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em detrimento da enorme diversidade de atores sociais e políticos existentes no país.

Também expressou a preocupação das ONGs com o fato de o governo Lula não ter colocado na sua pauta política um projeto de reforma do Estado, que avance no sentido de superar a histórica apropriação privada do Estado e dos processos decisórios no Brasil.

Por fim, o documento reiterou os anseios das ONGs para que o governo Lula cumpra os compromissos de mudança assumidos com a população brasileira, garantindo, assim, a consolidação do processo democrático e a confiança popular na democracia.



# Atuação para redefinir o marco legal das ONGs

*A Abong defende nova lei, mais clara e transparente, sobre as organizações não-governamentais.*

**A** necessidade de uma redefinição do marco legal das ONGs e de outras organizações da sociedade civil sem fins lucrativos tem sido defendida pela Abong há vários anos. A associação reivindica uma legislação que reconheça a importância dessas organizações para o processo democrático; que reconheça as diferenças entre os diversos tipos de organizações existentes (entidades assistenciais, clubes recreativos, associações de produtores rurais, ONGs, institutos e fundações empresariais, universidades e hospitais privados, etc.); que regule o acesso aos recursos públicos de forma transparente e democrática, garantindo seu controle social; e que impeça que as entidades sejam utilizadas por governantes com a finalidade de contornar dispositivos legais e como forma de terceirizar políticas públicas.

Em setembro de 2003, a Diretoria Executiva da Abong expôs essas e outras demandas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião no Palácio do Planalto. Na ocasião, esclareceu que considera necessária uma revisão do marco legal que rege as ONGs e outras organizações da sociedade civil, incorporando os avanços e superando as limitações da Lei 9.790/99, a Lei das Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público, e suas incongruências com outros instrumentos legais, principalmente com a legislação que regula as entidades filantrópicas (em especial, hospitais e universidades sem fins lucrativos).

Foi sugerida, então, a formação de um Grupo de Trabalho (GT) com representantes do governo e de organizações da sociedade civil, para debater propostas concretas de alteração na legislação sobre as entidades sem fins lucrativos no Brasil. No entanto, esse GT não tomou forma em 2004, tendo sido constituído, em vez disso, um GT Interministerial que não contou com representantes da sociedade civil.

Com a finalidade de influenciar os trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial, formado por vários ministérios e coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a Abong enviou ao GT um documento com propostas de alteração legal, com base em debates de seu Conselho Diretor e em contribuições das associadas e de parceiras que participam de oficinas sobre o marco legal.

Em maio, pela primeira vez, o GT Interministerial ouviu os pontos de vista da Abong acerca do tema, em audiência que também contou com a presença do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).

No segundo semestre de 2004, com a aprovação de um Projeto de Lei sobre as ONGs no Senado Federal e o progressivo interesse do Congresso Nacional em relação ao assunto, a Abong enviou ofício à Secretaria-Geral da Presidência, cobrando a instalação de um GT sobre marco legal – que incluía representantes da sociedade civil – e alertando a Secretaria sobre o descompasso de tempo político entre os debates no Executivo e no Legislativo.

### **Projetos de controle das ONGs**

Após sua aprovação no Senado, o Projeto de Lei 7/2003, que dispõe sobre registro, fiscalização e controle das ONGs, foi enviado para a Câmara dos Deputados, onde continua tramitando como PL 3.877/04, com outros PLs apensados. Resultado da CPI das ONGs, encerrada em 2002, o PL propõe o controle, com uma lógica cerceadora do Estado, das atividades das organizações da sociedade civil no país.

Esse projeto não foi discutido com as organizações da sociedade civil, não atende a suas demandas e não avança em uma perspectiva ampliada de reconhecimento e fortalecimento das entidades que compõem o tecido organizativo da sociedade civil brasileira. O PL torna obrigatória a prestação de contas de qualquer recurso recebido pelas ONGs ao Ministério Público e ainda cria o Cadastro Nacional das ONGs, com a finalidade de exercer um controle político das organizações.

Existem atualmente incontáveis cadastros e bancos de dados públicos com informações sobre as associações e fundações (formato legal de uma ONG) que atuam no país. A Abong teme que a criação de mais um cadastro poderá, em vez de atender ao interesse público (maior conhecimento do

universo das ONGs), criar duplicidade de obrigações e burocracias desnecessárias. O problema não é a falta de informações prestadas pelas ONGs, mas a falta de interesse do poder público em utilizar e sistematizar os dados disponíveis.

Em 2004, a Abong acompanhou e influenciou a tramitação desses Projetos de Lei no Congresso Nacional, com base numa perspectiva democrática e de interesse público, e pretende continuar atuando nesse sentido durante 2005.

### **Marco legal das ONGs em debate**

Ao longo de 2004, por intermédio de seus regionais, a Abong deu prosseguimento à estratégia de discussão interna com as associadas sobre o marco legal, promovendo oficinas e seminários sobre aspectos jurídicos, institucionais e marco legal das ONGs em diversas ocasiões. Na gestão anterior, já haviam ocorrido debates desse gênero nos Regionais Nordeste 1, Nordeste 2, Amazônia e Sul. Em 2004, o tema foi discutido nos Regionais São Paulo, Centro-Oeste, Nordeste 3 e Sudeste.

Em outubro, no Rio de Janeiro, mais de cem pessoas, representando 50 associadas, participaram do seminário "Marco legal e o papel das ONGs na construção do espaço público: dilemas e desafios na conjuntura atual". Foi discutida a proposta da Abong sobre esse tema, visando a articular o debate do marco jurídico ao da identidade política das ONGs na conjuntura atual; a refletir sobre o papel das associadas na construção do projeto político de sociedade defendido pela Abong; bem como a fortalecer o debate sobre identidade e seu sentido na relação com o Estado e com os demais atores da sociedade.

# Abong amplia participação em espaços públicos

*ONGs lutam para que novos espaços de interlocução, criados pelo governo federal, sejam, de fato, decisórios e não apenas sistemas de escuta e consulta.*

**A** Abong, que sempre acompanhou e teve representações no Conselho Nacional de Assistência Social e no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, espaços deliberativos e paritários, defrontou-se com novos desafios com a criação, pelo governo federal, de novos espaços de participação, na maioria consultivos, integrados por entidades indicadas por meio de decretos e portarias.

A Abong assumiu com determinação assentos nesses novos espaços, ciente de que seu mandato deve ser exercido com autonomia e alteridade, sem perder de vista a disputa de projetos. Tem buscado definir coletivamente os termos políticos de seu mandato nessas esferas, para garantir uma intervenção qualificada, visando ao resgate e à valorização do espaço público como o locus de construção da cultura cívica e de afirmação da cidadania.

## Diretrizes políticas

Numa oficina realizada em São Paulo, em julho, integrantes da Diretoria Executiva e das diretorias regionais e representantes da Associação nos Conselhos, Fóruns e outras instâncias definiram as diretrizes políticas que pautam a ação da Abong

nesses espaços públicos. São elas: (a) a radicalidade da democracia; (b) a efetivação de direitos por meio de políticas públicas geradoras de justiça, democracia e sustentabilidade social; (c) a defesa da gestão pública e universal.

## Conanda

Em novembro, a Abong foi reeleita para uma das 14 vagas titulares da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), para o biênio 2005/2006. Na gestão que está se encerrando, a Abong ocupa a vice-presidência do Conselho. Três associadas também vão integrar o Conanda como titulares: Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (Amencar); Fundação Fé e Alegria e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (reeleitos). Já a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia) ficou com uma das suplências.

## FNAS

A Abong compõe a coordenação do Fórum Nacional de Assistência Social (FNAS), instância da sociedade civil que, entre outras atividades, monitora a destinação das verbas públicas e formula alternativas

de consenso para o setor, defendendo-as no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão deliberativo que atua junto ao governo na elaboração de políticas públicas para essa área.

Ao longo do ano, o Fórum esteve envolvido nos debates sobre o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), apresentado pelo ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo CNAS. Este Plano prevê a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), uma das principais deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003. A Abong defende a vinculação de recursos orçamentários para a implementação, manutenção e ampliação do Suas.

### **Conselho Nacional das Cidades**

Entre os novos espaços de participação criados no governo Lula, a Abong integra o Conselho Nacional das Cidades (ambiguamente de caráter deliberativo e consultivo), empossado em abril, cuja missão é atuar junto ao Ministério das Cidades na implementação de uma política de desenvolvimento urbano no país. Eleito no final de 2003 durante a Conferência Nacional das Cidades, o Conselho é fruto de um grande processo de mobilização de organizações de todo o país.

### **CNPIR**

O combate às desigualdades raciais é uma das prioridades históricas da Abong. Por isso, a Associação aceitou o convite para integrar o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR, consultivo), cujo objetivo é propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial,

## **Sentidos da democracia e da participação**

Este foi o tema de um seminário realizado em São Paulo, em julho, por Abong, Inter-Redes, Instituto Pólis, Ibase, Inesc e outras organizações, com apoio da Cese e da Oxfam. Cerca de 270 pessoas de vários campos da sociedade civil, reconhecidos(as) especialistas, representantes do poder público e lideranças de ONGs, fóruns e movimentos sociais fizeram um balanço crítico sobre a participação e a democracia brasileiras e analisaram os novos desafios da participação postos pelo governo Lula. Os(as) presentes propuseram uma agenda de participação popular para os próximos anos, da qual constam ações para: (a) ressignificar paradigmas e estratégias de atuação; (b) fortalecer os conselhos; (c) fortalecer a organização da sociedade civil; (d) fortalecer e ampliar espaços de educação popular; e (e) ampliar e qualificar a intervenção popular no governo Lula.

visando a combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e a reduzir as desigualdades raciais, em todos os aspectos – econômico-financeiro, social, político e cultural.

### **CDES**

Criado em fevereiro de 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um órgão consultivo, que atua no assessoramento do presidente da República. Apesar da pequena presença de representantes de organizações não-governamentais e de movimentos sociais no Conselho – composto majoritariamente por

representantes do capital/trabalho, as representações dessas organizações têm procurado atuar de forma articulada, propositiva e autônoma. No CDES, a representação é pessoal e não institucional, mas o governo tem relacionado os conselheiros às organizações em que militam, entre elas a Abong.

### **Outros espaços**

A Abong ocupa um assento no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, instalado em outubro, que tem como objetivo discutir medidas para o aperfeiçoamento dos métodos de controle e combate à corrupção na administração pública e à impunidade. A Associação foi a única representante da sociedade civil no Comitê Assessor do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; e integra a Comissão Nacional de Alfabetização de Adultos e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

### **Regionais Abong**

O Regional Sudeste, por exemplo, participa do Fórum Estadual de Assistência Social (Feas/RJ); o Regional Nordeste 2 integra o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (BA); e o Regional Nordeste 1 integra o Conselho de Desenvolvimento Urbano de Recife/PE. Os Regionais estiveram presentes nas conferências estaduais de segurança alimentar e nutricional, bem como na conferência nacional.

Em 2004, entre outras atividades, ocorreu o seminário "Controle social: participação em conselhos de co-gestão de políticas públicas", no Regional Nordeste 1, que elaborou propostas para a atuação das ONGs do Regional em espaços de participação social.

## **Políticas de comunicação**

### **Controle social**

Em julho, por intermédio do GT de Comunicação, o Regional Nordeste 1 promoveu o seminário *Políticas de comunicação: estratégias para o controle social*, em que representações de ONGs e de movimentos sociais discutiram o cenário político da comunicação social no Brasil e formularam estratégias para a intervenção das ONGs nas políticas públicas deste setor. No final do evento, a plenária aprovou 15 propostas, como a realização de uma campanha sobre concessões públicas, para, entre outros objetivos, estimular a sociedade a se "apropriar" do controle social dos veículos, exigindo mais conteúdo de interesse social.

### **Democratização dos meios**

Abong, parceiras e associadas participaram da 2ª Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, que ocorreu em diversas cidades brasileiras, em outubro. Durante o evento, foram discutidos temas como o pouco acesso da sociedade à informação e a concentração da posse dos veículos de comunicação.

Abong, Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits), Intervezes (Coletivo Brasil de Comunicação Social) e várias ONGs e movimentos sociais estão trabalhando para articular, fortalecer e dar visibilidade à Campanha Cris (Direito à Comunicação na Sociedade da Informação), uma iniciativa internacional que busca gerar um amplo debate sobre os direitos à comunicação e seus impactos econômicos, sociais e culturais e, com base no acúmulo gerado, influir na construção de políticas públicas democráticas nacionais e globais.

# I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

*Quase 2 mil delegadas, entre elas muitas representantes de associadas Abong, participaram do evento, inédito no país.*

**U**nidas contra todo o tipo de discriminação, de preconceito e de violência, por ampliação da autonomia das mulheres e por iguais oportunidades no mundo do trabalho, entre outros propósitos visando à igualdade e à equidade de gênero, cerca de 2 mil delegadas participaram da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 15 a 17 de julho, em Brasília. Entre as presentes, 60% representavam a sociedade civil; 30%, os governos municipais; e 10%, os estaduais.

Esse encontro histórico foi o auge de um processo de consulta sobre políticas para as mulheres, iniciado em maio, que envolveu mais de 120 mil delegadas de 2 mil municípios de todos os Estados e do Distrito Federal. Dos encontros estaduais surgiram quase 4 mil propostas, sintetizadas em 197 diretrizes – divididas em cinco eixos – e apresentadas para deliberação das delegadas na Conferência Nacional.

Dos debates resultou um conjunto de propostas, encaminhado às(aos) responsáveis pela elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que deverá orientar as políticas públicas em todas as áreas de governo, com a inclusão da "perspectiva de equidade de gênero", conforme a Secretaria

Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM).

Reivindicação histórica dos movimentos de mulheres e feminista e da Abong, a descriminalização do aborto foi aprovada por 16 dos 20 grupos de trabalho. A proposta é reconhecer o direito de escolha das mulheres e tirar o debate do campo religioso, situando-o no campo da cidadania.

## A Abong na conferência

As diretrizes e reivindicações debatidas na conferência fazem parte da luta da Abong e de suas associadas desde sua fundação. Além da presença de representantes de diversas associadas entre as panelistas e delegadas do evento, a Abong preparou, com o apoio, entre outros, de lideranças de ONGs e militantes dos movimentos feminista e de mulheres, de mulheres negras, indígenas e de direitos humanos, a revista "A Abong na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres", contendo suas análises e expectativas para a I CNPM e uma entrevista com a ministra da SEPM, Nilcéa Freire.

Em 8 de dezembro, o governo anunciou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A Abong espera que o plano tenha incorporado as propostas debatidas e aprovadas na Conferência.

# Inter-Redes e Abong cobram acordos sobre o PPA

*O não-cumprimento, por parte da Secretaria-Geral da Presidência, dos compromissos acerca do PPA levou à interrupção da parceria, mas o diálogo foi retomado posteriormente.*

**E**m 2003, a Inter-Redes: Direitos e Política e a Abong aceitaram convite do governo federal para coordenar a participação da sociedade civil na construção do Plano Plurianual (PPA 2004-2007). O processo envolveu mais de 2.200 organizações, movimentos sociais, sindicatos e igrejas em todos os Estados e no Distrito Federal e culminou com a entrega das propostas da sociedade civil, em agosto de 2003, com diretrizes para um novo modelo de desenvolvimento, socialmente justo e ambientalmente sustentável, que ainda permitisse aprofundar as estruturas democráticas de controle social sobre o PPA e sobre os recursos públicos.

Um ano depois, em comunicado à Secretaria-Geral da Presidência da República, Abong e Inter-Redes anunciaram seu afastamento da participação no processo PPA, uma vez que os acordos firmados com o governo federal durante o processo de consulta não foram cumpridos. São eles:

- Formação de grupo de trabalho paritário entre governo e sociedade civil para acompanhar o monitoramento do PPA 2004-2007;

- Construção, com a sociedade civil, dos mecanismos e da metodologia de participação nos processos de revisão e no monitoramento do PPA;

- Acesso às informações sobre a execução física e financeira do PPA, especificamente a disponibilidade, a qualquer cidadão, dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e do Sistema de Informações Gerais e de Planejamento (Sigplan).

- Elaboração de indicadores desagregados por gênero, raça, etnia, rural, urbano, etc., permitindo um acompanhamento mais qualitativo por parte da sociedade civil do impacto real das políticas públicas.

A decisão de interromper a parceria foi tomada após várias tentativas de cobrar do governo federal o cumprimento dos acordos. Em abril, por exemplo, a Inter-Redes tornou pública a carta política "PPA e a construção coletiva da participação social", em que abordou os acordos firmados com o Executivo durante o processo de debate sobre o Plano Plurianual nos Estados. No documento, entre outros aspectos, a Inter-Redes analisou brevemente o impacto do superávit primário (o ponto em que o governo mais insistiu) nas políticas sociais; expressou a perplexidade da sociedade civil com os rumos do PPA; e explicitou o interesse de redes e fóruns em retomar o processo de debate e de participação.

Enviado aos(as) ministros(as) que participaram dos fóruns estaduais, o documento permaneceu sem

resposta por quatro meses, o que levou a Abong e a Inter-redes a comunicarem seu afastamento da parceria estabelecida com a Secretaria-Geral, relativa à construção de mecanismos de controle social e monitoramento do PPA. As organizações solicitaram audiência com o presidente Lula, com vistas a discutir as bases e os parâmetros para um novo processo de participação social no PPA e no ciclo orçamentário.

### **Retomada do diálogo**

Em outubro, numa audiência com a Secretaria-Geral da Presidência, representantes da Inter-Redes, entre os(as) quais vários(as) integrantes da diretoria da Abong, discutiram a possibilidade de retomada da participação. Na ocasião, foram abordadas a descontinuidade do processo e a não-contemplação das propostas da sociedade civil no PPA. Foi cobrado do governo federal um compromisso claro em favor da participação social na formulação de políticas públicas, com o estabelecimento de canais institucionalizados que não se sobreponham aos já existentes, como os conselhos, nem se restrinjam a simples espaços de escuta e consulta.

Na reunião, a Inter-Redes reiterou as principais demandas da sociedade civil e ressaltou que a retomada do processo participativo no PPA deveria ser ampliada para avaliação, monitoramento e revisão em todo o ciclo orçamentário, incluindo a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o PPA.

Por sua vez, o ministro-chefe da Secretaria-Geral, Luiz Dulci, reforçou a importância da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e reafirmou o interesse do governo em retomar o diálogo. Ele lembrou que a interlocução não pode se

## **O que é a Inter-Redes**

A Inter-Redes: Direitos e Política é um espaço de articulação de redes e fóruns de organizações da sociedade civil brasileira que atuam, de diversas formas e com diversos temas, para o fortalecimento da esfera pública, a promoção de direitos e a proposição de políticas.

O objetivo da Inter-Redes é ser um ponto de encontro, de troca e de fortalecimento das diversas ações coletivas em rede, a fim de contribuir com o aprofundamento da luta democrática, com a ampliação da cidadania, com o combate à discriminação e com a superação da desigualdade, comprometendo-se a atuar para tornar realidade uma sociedade justa e solidária.

Atualmente 43 redes e fóruns integram a Inter-Redes, entre elas a Abong.

restringir à Secretaria-Geral, devendo incluir outros Ministérios que têm responsabilidades na concepção, no planejamento e na execução do PPA.

Em novembro, durante o seminário "O desenvolvimento que temos. O desenvolvimento que queremos", após confrontar suas concepções coletivas de desenvolvimento com a do governo Lula, as redes e fóruns que compõem a Inter-Redes decidiram estabelecer uma plataforma de negociação com o governo federal, com os pontos essenciais a serem observados em uma eventual retomada do processo participativo.

Assim, em novembro e dezembro, um grupo de referência formado por algumas redes que integram a Inter-Redes retomou o diálogo com a Secretaria-Geral e com o Ministério do Planejamento sobre o restabelecimento do processo de participação popular no ciclo orçamentário.



# Abong defende reforma política mais abrangente

*Proposta deve ir além de mudanças no sistema de representação e no financiamento de campanhas.*

**A**o longo de 2004, o tema da reforma política esteve na agenda do Legislativo e do Executivo e nos debates de organizações da sociedade civil de todo o país. Enquanto no Congresso Nacional se discutia uma reforma do sistema de representação e do financiamento das campanhas, na sociedade civil afloravam críticas ao perfil reduzido das mudanças, conforme prevê o Projeto de Lei 2.679/2003, em tramitação no Congresso.

O assunto foi amplamente discutido, entre outros momentos, no seminário "Reforma política e participação da sociedade", promovido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em junho, em parceria com o Instituto de Ciência Política (Ipol/UNB) e com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea). O evento contou com a presença de diversas associadas e de membros da diretoria da Abong. Os(as) participantes enfatizaram a necessidade de trazer o debate para o âmbito da sociedade civil e de ampliar o alcance da reforma.

Os dois pontos mais importantes e polêmicos do PL 2.679/2003 são: (1) alteração do sistema de lista aberta para lista fechada, ou seja, a pessoa deixaria de votar em candidatos(as) para os três níveis do Legislativo, como ocorre hoje, e passaria a votar em

partidos, que indicariam os(as) eleitos(as). A principal crítica à lista fechada é que esta pode reforçar o poder de quem domina a máquina partidária, impossibilitando o surgimento de novas lideranças.

(2) Financiamento público das campanhas, pondo fim às doações de pessoas físicas e jurídicas aos candidatos, como ocorre atualmente. Os defensores dessa proposta alegam que o financiamento público diminuiria a corrupção, mas os críticos acreditam que isso poderia aumentar o número de partidos de aluguel, já que 1% da verba seria distribuída igualmente a todos os partidos legalmente constituídos; 14% seriam distribuídos igualmente entre os partidos com representação na Câmara dos Deputados; e 85%, distribuídos proporcionalmente ao tamanho da bancada eleita no último pleito.

Para a Abong, a verdadeira reforma política não se reduz à reforma do voto ou à do financiamento de campanhas. A verdadeira reforma está relacionada à reforma das instituições políticas e à do Estado, criando mecanismos de controle público do Estado. Essa reforma deve se basear na necessidade de ampliação dos espaços e dos sujeitos políticos, redesenhando os processos democráticos de forma a conjugar democracia representativa com democracia participativa e com democracia deliberativa.

## Eleições 2004

Mais uma vez, a Abong e suas associadas participaram de campanhas pelo voto consciente e contra a corrupção eleitoral. Entre outras atividades, a Associação apoiou a campanha do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) – denominada Olho no seu voto –, que definiu dez pontos estratégicos a serem implementados por prefeitos(as) e vereadores(as), visando à construção de governos participativos e democráticos e, sobretudo, a garantir o direito à cidade e à moradia digna para todos(as) os(as) cidadãos(ãs).

As associadas Abong do Ceará, por exemplo, articularam a elaboração de uma carta aberta, em que analisam a conjuntura da cidade e expõem as reivindicações da sociedade civil aos candidatos à prefeitura de Fortaleza. Dezenas de ONGs (associadas ou não) e movimentos sociais participaram da iniciativa, cujo objetivo foi unificar discursos e ações, com a construção de uma agenda comum, de forma a conquistar maior visibilidade e força política, além de estabelecer o comprometimento dos(as) candidatos(as) com as propostas apresentadas.

Já as entidades do Fórum Popular Permanente pelo Direito à Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro entregaram ao Ministério Público Estadual, em 22 de setembro, representação contra o governo daquele Estado. Na denúncia, o Conselho Regional de Serviço Social (Cress), a Abong, a Fase e a Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro pedem investigações sobre o provável uso da máquina pública, pelo governo estadual, para fins eleitorais, com a distribuição de “cestas de alimentos”.

## Campanha contra o racismo

*Onde você guarda seu racismo?* Esta instigante pergunta é o lema da campanha lançada, em dezembro, pelo grupo Diálogos contra o Racismo, formado por 40 organizações da sociedade civil, entre elas a Abong e várias associadas. O objetivo é fazer com que as pessoas identifiquem o próprio racismo para livrarem-se dele. A campanha quer estimular diálogos nas famílias, nas escolas, em locais de trabalho e na Internet, numa ampla luta por mudança de pensamentos, atitudes e hábitos perversos arraigados na sociedade brasileira.

## Repúdio à violência

Atendendo a uma proposição do Regional Sudeste, os(as) participantes do seminário *Avaliação do governo Lula*, realizado em abril, analisaram a violência no Rio de Janeiro, concluindo que o papel da sociedade organizada é o de debater com os governos estadual e municipal um projeto de desenvolvimento para aquele Estado. Com isso, a Abong divulgou, em 14 de abril, nota oficial em que comenta, entre outros, as raízes do problema e as políticas sociais paliativas adotadas pelo poder público fluminense.

## Fundos Públicos

Visando a capacitar a sociedade civil para controlar e pleitear recursos dos fundos públicos, a Abong promoveu atividades como o seminário *Fundos públicos no Estado de São Paulo - controle social e acesso aos recursos públicos*, que contou com a participação das associadas do Regional e de integrantes de movimentos e organizações sociais. Neste ano, em parceria com o Processo de Articulação e Diálogo (PAD), a Associação lançou a quinta edição do *Manual de Fundos Públicos*.

# Divulgação de ações para democratizar a democracia

*A área de comunicação e informação deu continuidade à divulgação das atividades da Abong, de seus Regionais e de suas associadas, reforçando o papel das ONGs como instrumentos de mudança social.*

**D**urante o ano, a Abong publicou livros, revistas e boletins eletrônicos; atendeu a profissionais de imprensa e a outros públicos interessados em informações sobre o universo das organizações não-governamentais; participou de campanhas pela democratização da comunicação; promoveu oficina de comunicação e treinamento de mídia para diretores(as) e associadas; e manteve atualizadas suas páginas na internet, dando prosseguimento à estratégia de divulgação para fortalecer as ações de cidadania, promovidas pela própria Associação, por suas integrantes ou por entidades parceiras.

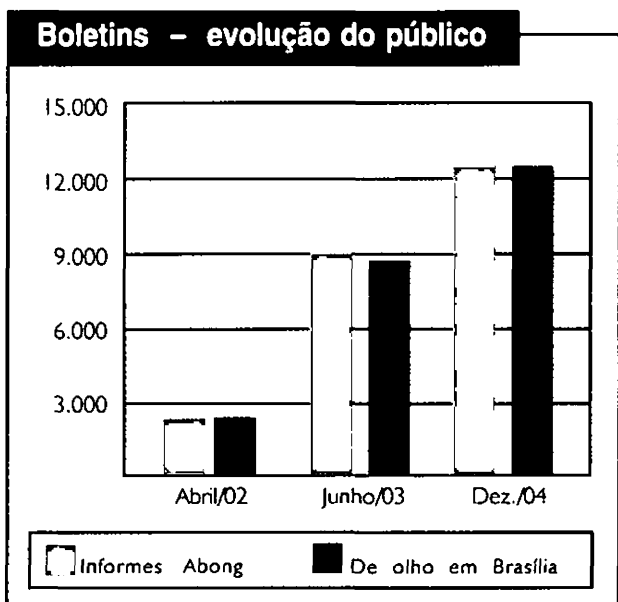
Suas associadas e seus Regionais também realizaram cursos e editaram jornais, boletins eletrônicos e outras publicações para democratizar o acesso à informação, promover o inter-relacionamento e dar visibilidade ao seu trabalho na construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável.

## Informes Abong

Em seu sexto ano de edição, o boletim eletrônico deu continuidade à divulgação do trabalho da Abong e de suas associadas, bem como de informações que, direta ou indiretamente, afetam sua intervenção na esfera pública. Em 2004, o Informes ganhou mais conteúdo e também a seção Nossa Opinião, em que a diretoria manifesta a posição oficial da Abong acerca dos mais variados temas da agenda política, econômica e social.

Em dezembro, o Informes chegou à 297ª edição, 39 delas editadas neste ano. Além destas, houve quatro edições especiais: Fórum Social Mundial; Unctad e Fórum da Sociedade Civil; I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; e I Fórum Social Nordeste.

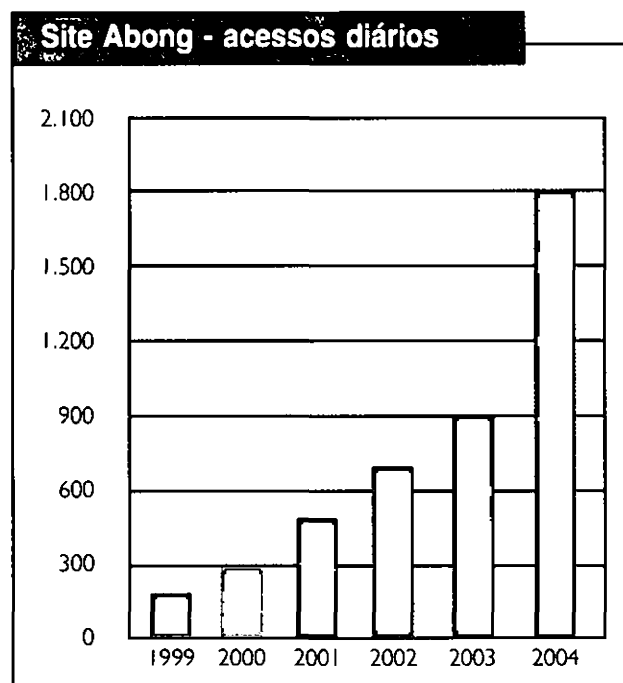
○ Informes é enviado por correio eletrônico para



12,5 mil endereços, incluindo filiadas à Abong, instituições de pesquisa, parlamentares, ONGs não associadas, órgãos públicos, universidades e pessoas físicas, tendo se consolidado como um meio de comunicação rápido e eficaz na divulgação das atividades e posicionamentos da Abong nos mais diferentes temas. O boletim é enviado, também, para mais de 2 mil jornalistas de todo o país, e seu conteúdo está disponível, na íntegra, no site da Abong desde a primeira edição.

### De Olho em Brasília

Distribuído eletronicamente todas as semanas ao mesmo público do *Informes*, este boletim divulga a agenda de trabalho do Executivo e do Legislativo, além de informações sobre as ações dos Conselhos Nacionais Paritários de Gestão. Produzido pela AYK Consultores, visa a oferecer informações para a qualificação da intervenção das ONGs na esfera pública. No início de dezembro, *De Olho em Brasília* chegou à 190ª edição, 47 delas publicadas neste ano.



### www.abong.org.br

Criada em 1999, a página da Abong na rede mundial de computadores consolidou-se como um veículo ágil para a mobilização, expressão e informação das associadas e de outros atores da sociedade civil, parceiros da Associação. Ao longo de quase seis anos, o número de acessos cresceu de forma contínua e expressiva, multiplicando-se mais de dez vezes – passou de 170 acessos diários, em 1999, para 1.800 acessos por dia, em novembro de 2004.

Em 2002, o site havia ganhado novos layout e sistema de busca. Já em 2004, ganhou mais conteúdo, sobretudo páginas relacionadas às atividades da parceria Abong-Coordination SUD.

### Imprensa e outros públicos

Mais uma vez a Abong cumpriu seu papel de fonte de informações seguras e confiáveis para os veículos de comunicação sobre temas relacionados ao universo das organizações não-governamentais. Universitários(as) e outros públicos também pediram

informações à assessoria da Abong, que respondeu às entrevistas ou direcionou os(as) interessados(as) para as ONGs associadas em função de sua área de atuação. Em 2004, a assessoria de comunicação atendeu, em média, a 200 solicitações mensais – tanto de jornalistas como de outros públicos – sobre os mais diversos temas.

### **Manual de fundos públicos**

Em 2004, pela quinta vez consecutiva, a Abong e o Processo de Articulação e Diálogo (PAD), que reúne agências ecumênicas europeias e seus parceiros no Brasil, publicaram o Manual de fundos públicos. A obra traz informações sobre os recursos públicos disponíveis para o trabalho de entidades envolvidas com o campo do desenvolvimento social e humano no Brasil, bem como detalhes sobre as formas de acesso a tais recursos.

A quinta edição do manual atualiza as informações contidas na edição de 2003, com os dados da execução orçamentária do governo federal em 2003 e do orçamento aprovado para 2004, informações que possibilitam o monitoramento do orçamento público pela sociedade civil como forma de garantir sua transparência e controle social.

### **O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas**

Publicado em parceria com a Editora Peirópolis, este livro é resultado do seminário "O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas", realizado entre 1º e 3 de setembro de 2003, em São Paulo, antecedendo a assembléia geral da Abong. Traz relatos das conferências e contribuições de duas dezenas de especialistas, como Boaventura Sousa

## **Inovação e inclusão**

Em iniciativa pioneira, o Regional Nordeste 2 editou também uma versão em braile da revista *Abong NE2: Identidade na Ação*, lançada em maio, com o relato de suas principais atividades. Com a publicação e a versão em braile, a diretoria regional pretendeu estreitar o relacionamento com as associadas e com a sociedade civil organizada, informando e prestando contas ao público sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Regional e pela Abong, além de promover a inclusão das pessoas portadoras de deficiência visual.

O lançamento da revista-relatório reuniu cerca de 100 pessoas, representando diversos segmentos da sociedade civil, e contou com a palestra *Fortalecer as ONGs: fortalecer a democracia*.

Santos, Francisco de Oliveira, Maria Betânia Ávila, Luiz Eduardo Wanderley, Christophe Aguiton, Eduardo Ballón e Fátima Mello, ao debate sobre o lugar da sociedade civil e o papel das ONGs, redes, fóruns e movimentos sociais em vista das mudanças na conjuntura política nacional e internacional.

### **A Abong na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**

Editada em forma de revista, esta obra procurou subsidiar a atuação das associadas no inédito evento que reuniu delegações de todo o país para debater um Plano Nacional de Política para as Mulheres, a ser implementado pelo governo federal. Na publicação, a Abong expressou suas análises e expectativas em relação ao evento, por meio de artigos de Taciana

Gouveia, Sérgio Haddad e Mariângela Graciano, Silvia Maria Sampaio Camurça, Nalu Faria, Lúcia Xavier e Marina Machado. A publicação traz também uma entrevista com a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire.

### **Direitos humanos de todos e todas**

Um amplo relato dos debates ocorridos no seminário "Direitos humanos de todos e todas", realizado em parceria com diversas organizações, durante o Fórum Social Brasileiro (Belo Horizonte, novembro de 2003), compõe esta edição, em que reconhecidos(as) especialistas discutem "Direitos humanos, desenvolvimento e democracia" e a "Pauta dos direitos humanos no Brasil". Entre outros aspectos, são abordados o resgate da dimensão universalista dos direitos humanos, a luta por sua ampliação, para que atinjam a todos e a todas; a defesa e a recuperação do sistema de proteção social; e os pontos estratégicos para a construção de uma agenda comum de ação por parte de movimentos sociais, ONGs, plataforma de direitos e organismos ecumênicos.

### **Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002**

Lançado em conjunto por Abong, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em dezembro, este estudo traz vários dados sobre o universo das entidades sem fins lucrativos no Brasil, referentes ao ano de 2002, e elabora uma proposta de identificação e classificação das organizações, em conformidade com critérios internacionais.

De acordo com o estudo, em 2002, havia 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos no país, como igrejas, hospitais, escolas e entidades de cultura e recreação, defesa de direitos, meio ambiente, etc., que empregavam 1,5 milhão de pessoas. A pesquisa revelou que 77% do total de organizações não têm sequer um(a) empregado(a), enquanto cerca de 2.500 entidades (menos de 1% do total) absorvem quase um milhão de trabalhadores(as). Contudo, este grupo é composto por grandes hospitais e universidades, na maioria filantrópicas, que se pautam por uma lógica mais empresarial do que associativista. Também se constatou que o número de organizações voltadas para a promoção do desenvolvimento e defesa dos direitos (área que a Abong atua) saltou de 11 mil, em 1996, para 45 mil, em 2002.

### **Regionais e associadas na internet**

Dezenas de associadas Abong mantêm páginas na rede mundial de computadores, onde divulgam suas atividades e posicionamentos acerca dos mais variados temas. Os Regionais Abong também mantêm páginas na internet, como a revista eletrônica Tipiti ([www.revistatipiti.com.br](http://www.revistatipiti.com.br)), publicada pelas ONGs do Maranhão, cuja nona edição, divulgada em novembro, abordou temas como violência, educação escolar indígena e Estatuto da Criança e do Adolescente. Também em novembro, entrou no ar o site do Regional Sul ([www.forumsulabong.org.br](http://www.forumsulabong.org.br)), com o propósito de dar visibilidade política ao Regional e de ser um espaço de divulgação de atividades e de troca de informações e experiências entre as associadas daqueles três estados (RS, SC e PR).

# Regionais se fortalecem como sujeitos políticos

*Atividades do PDI contribuem para demarcar a identidade das associadas e aumentar sua capacidade de atuar articuladamente com movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil, fortalecendo a Abong como ator coletivo.*

**D**esde 2001, quando a Abong implementou o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), dezenas de atividades, como seminários, oficinas e cursos, têm sido promovidas nos âmbitos nacional e regional para alcançar os objetivos do Programa: fortalecer a capacidade das associadas de articular iniciativas, promover processos de mudança social, ampliar sua base social de apoio, sua legitimidade e sua credibilidade junto à opinião pública; contribuir para a autonomia e a sustentabilidade das organizações; aumentar a capacidade de comunicação social das ONGs; e fortalecer a Abong como ator coletivo.

As ações relacionadas ao desenvolvimento institucional ocorrem tanto no cotidiano dos Regionais – sendo realizadas de maneira descentralizada, de acordo com as necessidades e especificidades de cada região –, como por meio de atividades nacionais, promovidas pela própria Abong. Definidas estrategicamente, estas atividades têm contribuído para aumentar a visibilidade da Abong nacional e regionalmente, fortalecendo a articulação com outras redes de ONGs e de movimentos sociais e consolidando o papel da Associação e de

seus Fóruns Regionais como atores coletivos, com identidade ético-política clara.

As atividades de DI procuram evidenciar a dimensão sociopolítica da Abong, representada, entre outros, por seu papel na sociedade brasileira, por sua autonomia diante do governo e de outras instituições; e por sua capacidade de promover processos de mudança social, para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

## **Ação social estratégica para ONGs**

Desenvolvido em dois módulos no Regional Amazônia (novembro de 2003 e maio de 2004), este curso visou a promover uma reflexão acerca da trajetória e do papel das ONGs no processo de desenvolvimento da Região Amazônica, bem como estimular a produção de conhecimento sobre as lições e experiências das ONGs.

No primeiro módulo, foram discutidos temas como sustentabilidade, institucionalidade democrática (dentro das próprias ONGs) e projeto político das ONGs. No segundo módulo, foram debatidos, entre outros temas, os modelos de gestão e aprofundadas as questões relativas à sustentabilidade, em sua

dimensão política, institucional e financeira.

Os(as) participantes evidenciaram a necessidade de aprofundar o debate sobre marco legal; ampliaram o sentimento de pertença à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; e sugeriram iniciativas da Abong, enquanto órgão nacional, para capacitar as associadas em questões como gestão estratégica e acesso a recursos públicos, entre outras propostas.

### **PMA**

Para capacitar as organizações associadas e parceiras nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação (PMA), de forma a consolidar uma ação social e política competente, ocorreram oficinas e cursos de PMA em dois Regionais: Amazônia e Nordeste 3, neste último em duas etapas – a primeira, em junho, e a segunda, em setembro.

Com representantes de mais de duas dezenas de organizações, a primeira oficina do Regional Nordeste 3 teve como foco o planejamento. A segunda enfatizou o monitoramento e a avaliação, propiciando aos(às) presentes o conhecimento de métodos e técnicas de gerenciamento dos planos de ação de suas respectivas entidades.

### **Reorganização e revitalização**

Durante o final de 2003 e no início de 2004, a Abong nacional apoiou a reorganização do Regional São Paulo, que havia passado a última gestão sem representação no Conselho Diretor.

Já o regional Centro-Oeste deu início a seu processo de revitalização, em março. Durante assembléia regional das associadas, discutiram-se,

## **Oficina de comunicação e treinamento de mídia**

Em maio, diretores(as) da Abong e dos regionais participaram de uma *Oficina de comunicação e treinamento de mídia*, promovida em São Paulo. O objetivo foi responder à necessidade de formação para interagir com a mídia e melhorar a fala pública, por parte de integrantes da diretoria da Associação, no debate sobre diferentes questões dos campos social e político. A oficina forneceu elementos para desmistificar a mídia e para a elaboração de um modelo de planejamento estratégico para o setor de comunicação. O conteúdo da oficina foi socializado com todas as associadas.

Na Abong, a comunicação é considerada uma ferramenta estratégica para divulgar ações institucionais e políticas e fortalecer a cidadania.

entre outros, o PDI e as estratégias e prioridades do Regional, tendo por base o histórico e os objetivos institucionais das associadas e o planejamento trienal da Abong.

Após diagnosticar o perfil das associadas e das demais ONGs que atuam na região, os(as) participantes avaliaram formas de articular agendas entre as integrantes do próprio Regional e entre este e outras redes e fóruns do Centro-Oeste, tendo em vista a possibilidade de ação conjunta. Foi enfatizada a necessidade de promover ações nos eixos de: desenvolvimento institucional; visibilidade externa da identidade e do projeto político das ONGs; políticas públicas e controle social; desenvolvimento sustentável; gênero/raça; entre outros.



Precedida por uma oficina sobre “Marco legal, política de acesso aos recursos públicos e outros aspectos jurídicos e institucionais das ONGs”, a assembléia foi encerrada com a escolha da diretoria regional, formada por um colegiado.

Ainda dentro do processo de revitalização de fóruns regionais, as associadas do Rio de Janeiro buscaram maior aproximação com associadas e organizações de Minas Gerais que se identifiquem com o formato de atuação da Abong. Mais do que uma proposta organizativa, essa aproximação, iniciada durante o Fórum Social Brasileiro (novembro/2003) e desenvolvida ao longo de 2004, teve como objetivo mobilizar as ONGs mineiras para um debate sobre a articulação regional, com vistas a uma atuação integrada, em fóruns e redes, para potencializar as ações do Regional Sudeste na construção permanente de estratégias de intervenção na esfera pública.

### **Outras atividades**

Entre as atividades realizadas no âmbito do desenvolvimento institucional pelos Regionais Abong, estão o curso “Administração e gestão de ONGs”, no Regional Nordeste 3; a oficina “Desenvolvimento institucional: um desafio para as ONGs”, no Regional São Paulo, coordenada pelo PDI nacional; e duas etapas da oficina “Captação de recursos”, no Regional Sul. Na primeira etapa os(as) participantes discutiram conceitos, estratégias e instrumentais para a mobilização de recursos. Na segunda etapa, as associadas refletiram sobre conceitos de comunicação e analisaram o potencial de seus instrumentos (linguagem e pesquisa, entre outros) para a mobilização.

## **NOTAS**

### **Desenvolvimento regional**

O Regional Sul discutiu, em conjunto com o Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros (PAD), alternativas para o desenvolvimento sustentável e com justiça social daquela Região, além do papel das organizações sociais nesse processo.

### **Conferências de DHs**

Por meio de suas associadas a Abong participou da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em junho/julho, em Brasília. Já o Regional Sul participou da III Conferência de Direitos Humanos de São Leopoldo/RS, em maio, em preparação para a conferência estadual, que antecedeu a nacional.

### **Grito dos excluídos**

Entre as ações de mobilização da sociedade civil desenvolvidas pelos Fóruns Abong, houve participação do Regional Amazônia no Grito dos Excluídos, atividade promovida todos os anos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por ocasião da comemoração do dia da independência do Brasil.

### **Fórum Mundial da Educação**

O Regional São Paulo participou do Fórum Mundial da Educação, na capital paulista, em abril, quando organizou um estande para expor seu trabalho e o de suas associadas, por meio de livros, revistas e outros materiais.

# Novas adesões ampliam representatividade

**N**o final de 2003 e ao longo de 2004, novas organizações passaram a fazer parte da Abong, assumindo o compromisso de manter sua atuação fiel à Carta de Princípios da Associação.

Em 2004, associaram-se:

- Associação Civil Anima, de São Paulo/SP, com trabalhos nas áreas educacional, social, cultural e de saúde de crianças, adolescentes e jovens;
- Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido (Adelco - Fortaleza/CE), que atua em três frentes: habitação, geração de emprego e renda e reforço comunitário, para promover a inclusão social de grupos desfavorecidos;
- Centro de Apoio à Economia Popular Solidária (Caeps - Passo Fundo/RS), com atuação em prol do desenvolvimento de ações para o fortalecimento da economia popular solidária;
- Centro Cultural-Educativo de Lazer, Informação, Trabalho e Ação Social (Celita - Fortaleza/CE), com trabalhos nas áreas de democratização do saber; arte e educação; esporte e lazer; e educação ambiental;
- Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cededica - Santo Ângelo/RS), que luta pela efetivação dos direitos humanos, especialmente os infanto-juvenis;
- Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo (GTP+), de Recife/PE, com atuação no campo da luta contra a Aids;

- Instituto Marquês de Salamanca (IMDS - Rio de Janeiro/RJ), que tem por objetivo coordenar e desenvolver ações sociais e de apoio educacional;
- Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH - Rio de Janeiro/RJ), cuja missão é o combate sistemático ao racismo e a qualquer forma de discriminação.

De agosto a dezembro de 2003, associaram-se:

- Centro de Desenvolvimento Humano e Social (Dialogo - Teresina/PI), com atuação nas áreas de saúde, educação, direitos humanos e comunicação;
- Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame - Salvador/BA), que atua na prevenção e no combate ao tráfico de mulheres e ao turismo sexual;
- Cunhã – Coletivo Feminista, de João Pessoa/PB, que atua nas áreas de saúde da mulher, educação e direitos humanos;
- Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids (Grupo pela Vida - São Paulo/SP), que promove a integração de pessoas portadoras do HIV ou doentes Aids;
- Grupo Mulher Maravilha (GMM - Recife/PE), com trabalhos na área de educação e gênero;
- Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa), com sede em Juazeiro/BA, que desenvolve trabalho técnico-pedagógico com a população do semi-árido, para que encontre as melhores formas de conviver com essa região.

# Regionais Abong

*Quase três centenas de organizações não-governamentais integram os oito fóruns regionais Abong, abrangendo todos os Estados brasileiros e o Distrito Federal.*

## AMAZÔNIA

Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins

- ANI/CAC • Apacc • CDDHEP • CDHP • Cedenpa • Cepepo • Comsaúde • CVC • Fase (Gurupá)
- Fase (PA) • Fé e Alegria (TO) • GACC (MA) • Grupo de Mulheres da Ilha • IDA • Instituto do Homem
- MMCC (PA) • Moprom • MRE • RAMH • SMDH • SDDH • Tijupá • Unipop

## CENTRO-OESTE

Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

- ABHP • Agende • Ágora • CDHDMB • CDHHT • Cfemea • Ecoa • Fase (MT) • Fé e Alegria (MT)
- GSP • GTC- AESS • GTME • Ibrace • ICV • Ifas • Inesc • Ipam • ISPN • MNMMR (DF)
- Opan • Pró-Gente

## NORDESTE I

Alagoas, Paraíba e Pernambuco

- Afabe • Afinco • Amazona • Amencar (PE) • AS-PTA (PB) • Caatinga • Cais do Parto • Casa de Passagem
- CCLF • Ceas Urbano (PE) • Cecor • Cenap • Cendhec • Centrac • Centro Sabiá • Centru • Chapada
- Ciela • CJC • CMC • CMN • CMV • CNMP • Cunhã • Curumim • Equip • Etapas • Fase (PE)
- Fé e Alegria (PE) • Gajop • Gestos • GMM • Grupo Origem • GTP+ • Habitec • Instituto Papai
- Mirim Brasil • MTNM • Patac • Sedup • SJP (PE) • SOS Corpo

## NORDESTE II

Bahia e Sergipe

- AATR (BA) • Avante • CAA • CDJBC • Ceade • Ceas (BA) • Cecup • Cese • Cesep • Chame
- Cieg • CJP (BA) • Cria • Fase (BA) • Fé e Alegria (BA) • Fundifran • Gamba • Gapa (BA) • Garra
- Grupo Olodum • Irapa • MOC • Onda Azul • Projeto Ibeji • Saci • Sasop • Vida Brasil (BA)

## NORDESTE III

### Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte

- AACC (RN) • Acic • Adelco • Anote • Casa Renascer • CDVHS • CEAHS • Cearah Periferia
- Cedeca (CE) • Celita • Centro Dialogu • Cepac • Cermo • Cetra • CF8 • Comunicação e Cultura
- Edisca • Esplar • Fé e Alegria (PI) • Fé e Alegria (RN) • Gacc (CE) • Gapa (CE) • IJC • Imopec
- Instituto Sertão • Instituto Terramar • IRT • SAR • Vida Brasil (CE)

## SÃO PAULO

- ABDL • Ação da Cidadania • Ação Educativa • Anima • Associação de Apoio à Criança • CDD(BR)
- CDHEP • Cebrap • Cebrij • Cedap • Cedec • Ceert • Cenpec • Cepis • CES • CFSS • CGGDH
- Cismop • Comulher • COR-DH • CPI (SP) • CPV • CTV • Ecoar • Ecom • Ecos • Espaço • Fala Preta!
- Fé e Alegria-Nacional • Fé e Alegria (SP) • Gapa (SP) • Geledés • GIV • Greenpeace
- Grupo Pela Vidda (SP) • GTPOS • Ibeac • Idec • Instituto Avisa Lá • IPF • ISA • MNMMR (SP) • Pólis
- Proter • RME • SMM • SOF • SOS Mata Atlântica • SOS Saúde Mental • SSL • UCBC

## SUDESTE

### Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

- Abia • Abrapia • ABTH • Ação Comunitária (RJ) • Aducon • Amencar (MG) • Asplande • AS-PTA
- Caces • CAC (RJ) • Campo • Camtra • Capina • CDDH-Petrópolis • CDI • Ceap (RJ) • Cecip
- Cecopes • Cedac • Cedaps • Cemina • Cepel • Cepia • Ceris • CNBL • CNDDA • CPCD
- Cresam • Criar Brasil • Criola • CVI • Defensores da Terra • Enda Brasil • Fase (ES) • Fase-Nacional
- Fé e Alegria (ES) • Fé e Alegria (MG) • Fé e Alegria (RJ) • Fundação Bento Rubião • Gestão Comunitária
- Grupo Afro Reggae • Ibase • Idaco • IMDS • IPDH • Irsaned • Iser • Iser/Assessoria • Nova
- Novamerica • Pacs • Pela Vidda • Profec • Redeh • Riovoluntário • Rits • Roda Viva • Sapé • SBO
- Se Essa Rua Fosse Minha • Ser Mulher • SFB • Unirr • Visão Mundial • Vivendo

## SUL

### Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

- Aditepp • Amencar (RS) • Aspa • AS-PTA (PR) • Avicitecs • Caap • Caeps • Camp • CAV
- CDHAVI • CDHMGB • Ceap (RS) • Cebi • Ceca • Cededica • Cefuria • Cepo • Cetap • Cidade
- Deser • Fé e Alegria (PR) • Fé e Alegria (RS) • Fé e Alegria (SC) • Fidene • Gapa (RS) • MNMMR (RS)
- Precavida • Proame • Rureco

## EXPEDIENTE

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Fundada em 1991, a Abong representa quase três centenas de organizações não-governamentais brasileiras comprometidas com o fortalecimento da cidadania, a conquista e a expansão de direitos e a consolidação da democracia. Com uma postura autônoma diante do Estado e dos demais atores da sociedade civil, tem buscado expressar, nos âmbitos nacional e internacional, opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs para a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável.

### CONSELHO DIRETOR (2003-2006)

#### DIRETORIA-EXECUTIVA

Diretor-Geral

Jorge Eduardo Saavedra Durão (Fase Nacional/RJ)

Diretor de Relações Internacionais

Sérgio Haddad (Ação Educativa/SP)

Diretora de Desenvolvimento Institucional

Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia (SOS Corpo/PE)

Diretor de Relações Institucionais

José Antônio Moroni (Inesc/DF)

#### REGIONAIS ABONG

##### AMAZÔNIA: AC, AM, AP, MA, PA, RO, RR, TO

Maura Rejane Lameira de Moraes

Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (Apacc)

Tv. 03 de maio, 1.529 - São Brás

66063-390 - Belém - PA

Telefax: (91) 229-2210 / 229-3000

E-mail: abong@interconect.com.br

##### CENTRO-OESTE: DF, GO, MS, MT

Mônica Nogueira (Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN)

SCLN CN, 202, Bloco B, Salas 101 a 106

70832-525 - Brasília - DF

Tel.: (61) 327-8085 - Fax: (61) 328-5933

E-mail: monica@ispn.org.br

##### NORDESTE 1: AL, PB, PE

Álvaro Pantoja / Mônica Oliveira

Centro Nordestino de Animação Popular (Cenap)

R. Guimarães Peixoto, 309

52051-200 - Recife - PE

Telefax: (81) 3442-9769

E-mail: abong@cenap.org.br

##### NORDESTE 2: BA, SE

Damien Hazard (Vida Brasil/BA)

R. da Mouraria, 74

40040-090 - Salvador - BA

Tels.: (71) 322-3875 / 321-4382

E-mail: abongne2@uol.com.br

##### NORDESTE 3: CE, PI, RN

Lia Freitas Cavalcante (Cedeca Ceará)

R. Deputado João Lopes, 83

60110-000 - Fortaleza - CE

Telefax: (85) 252-4202

E-mails: abong.ne3@terra.com.br / lia@cedecaceara.org.br

##### SÃO PAULO: SP

Antonio Eleilson Leite (Ação Educativa)

R. General Jardim, 660

01223-010 - São Paulo - SP

Telefax: (11) 3151-2333, ramal 149

E-mail: abongsp@uol.com.br

##### SUDESTE: ES, MG, RJ

Tatiana Dahmer Pereira (Fase Nacional/RJ)

Ricardo Ferreira de Mello (Centro de Ação Comunitária - Cedac/RJ)

R. Benjamin Constant, 108 - Glória

20241-150 - Rio de Janeiro/RJ

Telefax: (21) 2509-0263

E-mail: abongsudeste@cedacnet.org.br

##### SUL: PR, RS, SC

Francisco de Assis da Silva

Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e

Assessoria (Ceca/RS)

R. Paraná, 818 - Caixa Postal 1.075

93121-970 - São Leopoldo - RS

Tel.: (51) 568-2548 - Fax: (51) 568-3565

E-mails: abongsul@terra.com.br e xico@ceca-rs.org

##### ABONG NACIONAL

R. General Jardim, 660 - 7º andar

01223-010 - São Paulo - SP

Telefax: (11) 3237-2122

E-mail: abong@uol.com.br - Site: www.abong.org.br

##### ESCRITÓRIO ABONG EM BRASÍLIA

SCS - Qd. 08, Bloco B-50, Sala 417

Edifício Venâncio 2000

70333-970 - Brasília - DF

Tel.: (61) 226-9126

E-mail: abongbrasil@uol.com.br

##### EQUIPE ABONG

Assistente de Diretoria

Marcos José Pereira da Silva

Administrativo

Denize Cardoso Pereira

Tereza Heloína

Kelly Cristina Vieira dos Santos

Wanderley A. T. Figliolo

Comunicação

Denise Gomide

Neusa Dias

Cirto Lino dos Santos

Desenvolvimento Institucional

Helda Oliveira Abumanssur

Marcela Oliveira Scotti de Moraes

Jérôme Perret

Coordenador Escritório Brasília

Alexandre Ciconello

##### Participaram desta publicação

Coordenação editorial: Abong Nacional

Editora responsável: Isabel Moraes

Projeto gráfico e editoração: Luciana Sutil

Impressão: Gráfica Peres

Em 2004, o trabalho da Abong teve o apoio das seguintes organizações:

Evangelischer Entwicklungsdienst (EED), Fundação Ford, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco), Oxfam, W. K. Kellogg Foundation.